

O BANCO MUNDIAL COMO ATOR POLÍTICO, INTELECTUAL E FINANCEIRO¹

Ana Cristina Prates Ong*

* Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Colaboradora da Confidor/Juriscon - Consultoria Jurídica Internacional. E-mail: ana.ong@usp.br

[...] a economia perdeu seu *status* científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento: a venda da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações. Ambas combinadas induzem ao capital estrangeiro e à aceitação de um só parâmetro aplicável à economia, à sociedade, à cultura, à ética [...] (SANTOS, 2003, p. 15).

O Banco Mundial é uma grande instituição financeira internacional, pouco conhecida, para além de seu nome, por grande parte do povo brasileiro. Numa busca rápida sobre notícias relacionadas ao Banco Mundial (BM), publicadas ao longo de 2011, as mesmas normalmente são encontradas em seções de economia ou assuntos internacionais, e nem sempre como notícias relacionadas ao BM em si, mas sim notícias nas quais o BM é a fonte de dados ou emissor de opinião a respeito do tema tratado, seja sobre educação, agricultura, saúde, meio-ambiente, violência, gestão pública, setor financeiro ou transporte - nota-se desde já que o BM versa sobre os mais diversos assuntos.

O Banco Mundial se define como uma fonte financeira e de assistência técnica vital para os países em desenvolvimento, com a missão de lutar contra a pobreza e auxiliar as pessoas, por meio da disponibilização de recursos financeiros, compartilhamento de conhecimento, construção de capacidades e criação de parcerias entre o setor público, privado e a sociedade civil.

¹ PEREIRA, João Márcio Mendes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

De acordo com o site² da organização, o Banco Mundial financia atualmente no Brasil projetos que cobrem todo o território nacional, projetos cujos objetivos são, por exemplo, a redução da pobreza rural na Paraíba, a recuperação das águas de São Paulo, a melhoria no transporte rodoviário no Mato Grosso do Sul, a preservação da biodiversidade no Rio Grande do Sul e a identificação de áreas degradadas na Amazônia, além de projetos nacionais como, por exemplo, os que tratam da inclusão social dos catadores de lixo e da modernização de hospitais universitários. Apesar do substancial volume de projetos no Brasil, pouco se sabe sobre seu funcionamento e sobre a importância e influência dessa organização nos países que recebem seus empréstimos.

O livro de João Márcio Mendes Pereira “O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro - 1944-2008”, apresentado originalmente como tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, traça um perfil histórico dessa instituição e apresenta aos seus leitores um banco de grande influência mundial, com capacidade inclusive de influenciar políticas domésticas nos Estados de cujos projetos é financiador. Aqui no Brasil, por exemplo, o BM vem atuando diretamente na recomendação de políticas educacionais tais como a descentralização administrativa e municipalização da educação, além da priorização do ensino primário pelo setor público bem como a transferência do ensino médio e superior ao setor privado (AZZI; BOCK, 2008, p. 24-25).

O trabalho de Pereira mostra em detalhes o complexo funcionamento dessa organização, as mudanças pelas quais passou ao longo de quase sete décadas e, principalmente, sua força motriz: a busca pela abertura de mercados e pela criação de condições que deem suporte a um sistema econômico internacional livre e aberto ao capital de forma ampla e irrestrita. Por trás da aparente preocupação com temas sociais e ambientais, o BM impõe prescrições neoliberais que, na verdade, trazem consigo altos custos justamente nas áreas sociais e ambientais. O autor também argumenta que o BM, assim como as grandes instituições multilaterais financeiras e de comércio, serve de ferramenta fundamental no exercício de poder dos Estados hegemônicos (leia-se, sobretudo, EUA).

O livro de Pereira é dividido em seis capítulos ordenados cronologicamente, além do Prefácio, Introdução e Considerações Finais. Cada capítulo é subdividido em tópicos contendo mapas, tabelas e gráficos. Com base em ampla pesquisa e

² <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/PROJECTS/0..menuPK:115635~pagePK:64020917~piPK:64021009~theSitePK:40941.00.html>>. Acesso em 11 de agosto de 2011.

análise de documentos da própria instituição, o autor caracteriza o BM com três personalidades: a política, já que é um formulador e orientador de prescrições, inclusive para os Estados, em âmbito doméstico; intelectual, já que se configura como um ator disseminador de certa ideologia por meio de seus estudos, relatórios e corpo de pesquisadores; e financeira, já que, como banco que é, empresta dinheiro. É essa última personalidade, a de prestador, que confere ao BM a possibilidade de também ser as outras duas. Isso ocorre porque seus empréstimos estão sempre atrelados a condicionalidades que devem ser cumpridas pelos mutuários.

O Banco Mundial faz parte do Grupo Banco Mundial formado por sete organizações. As mais relevantes para a análise de Pereira são o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), criado em 1944, e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) criada em 1960, ambas denominadas em conjunto como Banco Mundial. São membros do Banco Mundial somente os Estados (governos e instituições públicas), ainda que haja parcerias com o setor privado e a Sociedade Civil, em especial as ONGs.

O BIRD concentra seus empréstimos em países de renda média (Brasil é o segundo maior prestador, atrás somente da China). Os recursos financeiros do BIRD advêm de contribuições por parte dos Estados membros e, principalmente, de empréstimos tomados nos mercados internacionais de capitais por meio de emissão de bônus. Já a AID concede empréstimos e garantias financeiras a países pobres e que tenham dificuldade de acesso ao mercado internacional de capitais. Os empréstimos da AID são dados com um prazo maior de pagamento e a juros menores do que àqueles assistidos pelo BIRD. As fontes de financiamento da AID são três: doações de países ricos e em desenvolvimento, transferência de receita do BIRD e o próprio pagamento efetuado pelos mutuários.

Por meio da análise histórica da constituição do Banco Mundial e das mudanças na ordem mundial, o autor mostra como se deu a definição das instâncias de decisão dentro da instituição. Em relação ao voto, ele é definido em ambas as organizações pela participação de cada Estado como acionista: quem contribui mais para compor as reservas do Banco são os que têm maior poder de voto e maior influência na direção da instituição. Os maiores acionistas do banco são, portanto, os Estados de maior poder econômico nas relações internacionais. Nesse sentido, os Estados Unidos são o Estado com maior poder de voto (16,38%), bem à frente do segundo maior acionista, o Japão (7,86%).

O advento do Banco Mundial em 1944 se deu da necessidade de reorganizar o sistema financeiro internacional e as relações entre os Estados devastados pela Segunda Guerra Mundial. Foi necessário reconstruir os países destruídos, promover

seu desenvolvimento e, assim, reinseri-los no comércio internacional. Com esse objetivo, e especialmente pelo poder dos EUA de fazer sua vontade num momento em que, oportunamente, se configurava como o ator mais forte da balança internacional, foram criados o fundo de estabilização monetária, FMI, e o BIRD. Após a reconstrução dos países-membros da organização afetados pela guerra, o Banco Mundial mudou seu caráter para uma organização focada na diminuição da pobreza mundial e no desenvolvimento social e econômico dos Estados em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

A partir da mudança de foco, o BM passou a defender a obtenção de desenvolvimento social e econômico através de medidas econômicas liberais; na visão dessa instituição, os problemas de pobreza no mundo só serão solucionados pela expansão e consolidação de um mercado livre. Nessa lógica, problemas sociais não resolvidos pelas medidas advogadas pelo BM são convenientemente vistos como um mal necessário para se atingir a bonança futura ou fruto da má gestão pública dos Estados. Aliás, o BM utiliza desse último argumento para impor aos Estados uma reestruturação institucional e macroeconômica como condição para receber empréstimos.

Pereira aponta as alterações de estrutura, funcionamento e foco dos projetos financiados pelo BM ao longo do tempo: nos anos 70, em plena Guerra Fria, o objetivo era conter a expansão comunista, sobretudo no campo, através de programas que reduzissem a pobreza rural nos países da periferia e evitassem que o campesinato se rebelasse ou fosse atraído pela alternativa comunista; já nos anos 80 o foco passou a ser a estabilização macroeconômica em curto prazo dos países endividados pela crise que assolou a América Latina a partir do pedido de moratória do México, ainda que isso significasse um alto custo social resultante das políticas de corte de gasto social e arrocho salarial; nos anos 90, com uma nova bandeira do desenvolvimento de capital humano, o foco passa a ser projetos de educação básica e saúde e, devido a pressões da sociedade civil, projetos de meio-ambiente.

Pereira mostra aos seus leitores que apesar dos muitos projetos focados em temas sociais, a missão social é posta em xeque quando se considera que a maioria dos projetos não apresenta resultados satisfatórios - no Continente Africano, o percentual de fracasso de projetos chega a 73%. Pereira cita ainda um relatório que aponta o destino de 78% das atividades financiadas pelo BM a países que já possuem amplo acesso ao mercado de capitais, ficando uma parte muito pequena destinada aos países pobres, ou seja, àqueles que de fato necessitam de ajuda financeira.

A questão sobre a relevância do BM no cenário atual se mostra pertinente frente a esses números. Pereira, em suas considerações finais, levanta esse ponto tendo em consideração o fracasso de vários projetos do Banco Mundial além da crise econômica de 2008, à qual podemos acrescentar a crise atual nos EUA e na Europa. A discussão gira em torno da necessidade de se reformar instituições financeiras como o FMI e o BM, já que a ideologia liberal de promoção do “livre mercado como panaceia universal” não foi capaz de conter essas crises e muito menos de reverter a pobreza mundial. No entanto, Pereira conclui que é justamente nesses momentos de crise que essas instituições se afirmam e se fortalecem, pois são elas que irão gerenciar o caos formado, renegociar os prazos e pagamentos de seus mutuários em apuros e, com isso, salvar o sistema financeiro.

O BM se fortalece como ator intelectual em seu papel de gestor da crise, sobretudo nos mercados emergentes e países periféricos. Mais do que considerar os efeitos perversos causados pelo Banco Mundial, como a manutenção de um sistema que, por excelência, mantém as desigualdades sociais, Pereira demonstra que essa organização, como personalidade intelectual, se vale de certa ideologia e ilusão, amplamente difundidas e aceitas como naturais em nossa sociedade e, portanto, perpetuadas.

O livro “O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro - 1944-2008” é recomendado aos que se interessam em conhecer a fundo essa instituição internacional financeira e o modo de funcionamento desse gigante intelectual disfarçado de promotor social, que com grande poder, influência e aval dos Estados faz propaganda enganosa ao vender ao mundo “o desenvolvimento”, quando na verdade o que é entregue é a expansão irrestrita do capital, associado a todos os malefícios dessa operação.

REFERÊNCIAS

AZZI, Diego; BOCK, Renato. A concepção do banco mundial sobre desenvolvimento e educação. In: HADDAD, Sérgio (Org.) *Banco mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 17-28.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Edusp, 2003.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>>. Acesso em: 11 ago. 2011.